

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicional (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013*Valores expressos em milhares de Reais*

	Nota explicativa	2014	2013		Nota explicativa	2014	2013
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	23.063	21.402	Fornecedores e outras contas a pagar	15	47.288	39.448
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	51.600	50.968	Empréstimos e financiamentos	16	62.967	37.278
Estoques		1.582	2.333	Salários, benefícios e encargos	17	15.376	13.237
Impostos a recuperar	12	15.157	3.451	Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	15.375	14.488
Adiantamento à fornecedores		3.624	3.242	Imposto de renda e contribuição social		-	1.027
Total do ativo circulante		95.026	81.396	Obrigações contratuais		2.565	2.215
				Dividendos a pagar		-	3.747
Não circulante				Total do passivo circulante			
Contas a Receber de clientes e outros créditos	11	50.645	29.185			143.571	111.440
Ativo fiscal diferido	13	6.966	7.109	Não circulante			
Depósitos judiciais		8.981	10.379	Empréstimos e Financiamentos	16	52.433	43.181
Total do realizável a longo prazo		66.592	46.673	Provisões	19	3.855	4.508
				Passivo fiscal diferido	13	5.129	5.689
Imobilizado	14	67.226	60.832	Total do passivo não circulante			
Intangível		650	704			61.417	53.378
		67.876	61.536	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		134.468	108.209	Capital Social	21	19.923	19.923
				Reserva Legal		3.985	3.985
				Reserva de retenção de lucros		598	879
				Total do patrimônio líquido			
						24.506	24.787
Total do ativo		229.494	189.605	Total do passivo e patrimônio líquido			
						229.494	189.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares Reais

	Nota explicativa	2014	2013
Receita bruta de serviços prestados	22	443.603	398.565
Impostos incidentes sobre serviços prestados	22	<u>(61.459)</u>	<u>(57.171)</u>
Receita operacional líquida	22	382.144	341.394
Custo dos serviços prestados	23	<u>(340.039)</u>	<u>(276.087)</u>
Lucro bruto		42.105	65.307
Despesas comerciais	24	(3.493)	(513)
Despesas gerais e administrativas	25	(20.810)	(11.809)
Outras receitas e despesas operacionais	26	<u>(1.970)</u>	<u>(3.559)</u>
Receitas/ (despesas) operacionais		(26.273)	(15.881)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		15.832	49.426
Receitas financeiras	27	2.177	2.093
Despesas financeiras	27	<u>(9.613)</u>	<u>(7.407)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(7.436)	(5.314)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		8.396	44.112
Corrente	13	(2.855)	(15.137)
Diferido	13	<u>417</u>	<u>126</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.958</u>	<u>29.101</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	2014	2013
Resultado do exercício	5.958	29.101
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	5.958	29.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital social		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	60.650	(40.727)	3.985	-	-	23.908
Lucro líquido do período	-	-	-	-	29.101	29.101
Reserva de lucros	-	-	-	879	(879)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(28.222)	(28.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	60.650	(40.727)	3.985	879	-	24.787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.958	5.958
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(281)	(958)	(1.239)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	60.650	(40.727)	3.985	598	-	24.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.958	29.101
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações			
Depreciação e amortização do imobilizado/intangível		11.451	13.237
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		8.576	5.806
Provisão para programa de conscientização	19	(1.464)	237
Provisão para contingências	19	2.108	4.167
Imposto de Renda e contribuição social	13	2.438	15.225
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	11	(940)	(9.201)
Ativo Financeiro	11	(19.310)	2.656
Impostos a Recuperar	12	(11.706)	(441)
Partes relacionadas	11	(113)	(24.332)
Estoques		753	343
Outros créditos		(1.731)	(684)
Depósitos judiciais	19	1.551	(1.005)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.507	999
Salários, benefícios e encargos sociais	17	2.139	1.719
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	887	(3.234)
Imposto de renda e contribuição social		(3.882)	(32.641)
Partes relacionadas		4.951	2.707
Pagamento de contingências	19	(1.450)	(2.809)
Outras provisões e obrigações contratuais		349	(26)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.072	1.824
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(24.668)	(29.491)
Adições ao intangível		(176)	(127)
Baixa de imobilizado/intangível e transferência para ativo financeiro	13	7.053	24.374
Caixa líquido atividades de investimento		(17.791)	(5.244)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros		85.155	57.795
Juros pagos		(5.970)	(4.977)
Pagamento de financiamentos		(52.819)	(43.815)
Pagamento de dividendos		(8.747)	(71.973)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(1.239)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		16.380	(62.970)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de disponibilidades		1.661	(66.390)
Caixas e equivalentes de caixa no início do período	10	21.402	87.792
Caixas e equivalentes de caixa no fim do período	10	23.063	21.402
		1.661	(66.390)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	2014	2013
Receitas	444.065	398.828
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	443.603	398.565
Outras receitas	466	279
Perda efetiva de contas a receber	(4)	(16)
Insumos adquiridos de terceiros	(246.422)	(179.376)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(213.286)	(157.447)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.463)	(17.837)
Comerciais, administrativas e contingências	(2.673)	(4.092)
Valor adicionado bruto	197.643	219.452
Depreciações e amortizações	(11.451)	(13.237)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	186.192	206.215
Valor adicionado recebido em transferência	2.177	2.093
Receitas financeiras	2.177	2.093
Valor adicionado total a distribuir	188.369	208.308
Distribuição do valor adicionado	188.369	208.308
Pessoal	88.199	78.170
Remuneração direta	64.075	57.088
Benefícios	20.509	17.998
F.G.T.S.	3.615	3.084
Impostos, taxas e contribuições	81.675	91.180
Federais	36.697	48.843
Estaduais	522	533
Municipais	44.456	41.804
Remuneração de capital de terceiros	12.537	9.857
Juros	8.891	6.362
Aluguéis	3.646	3.495
Remuneração de capital próprio	5.958	29.101
Lucros retidos	5.958	29.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. - (“VVR”), detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A (“PNAPSE”), com participação de 37,653%.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido, viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente, a PNAPSE é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Contrato de concessão

Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em julho de 2014, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 1,58% para um novo serviço de coleta urbana aos domingos.

O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária.

Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços.

Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$21.997 (R\$21.258 em 2013) estão classificados no ativo imobilizado (nota explicativa nº 14), pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou receita bruta de R\$ 443.603 (R\$398.565 em 2013), composta por R\$12.557 (R\$442 em 2013) em construção (vide nota explicativa nº22) e R\$431.046 (R\$398.123 em 2013) em prestação de serviços. A receita reconhecida com relação à construção em 2014 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta.

Reequilíbrio quinquenal

O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela Amlurb iniciado, mas ainda sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a empresa em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano até, não mais o final do 11º ano conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que não há mais tempo hábil para o cumprimento desta meta e até o momento não houve definição quanto ao terreno a ser implantado. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, mas não houve qualquer pronunciamento até o presente momento.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício, uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os CPC e interpretações não tratarem de assuntos específicos.

Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº 6.j).

De acordo com CPC 26, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados.

Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo;

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Receita operacional
- (b) Despesas comerciais
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (e) Caixa e equivalentes de caixa
- (f) Contas a receber e outros recebíveis
- (g) Estoques
- (h) Imobilizado
- (i) Intangível

- (j) Contratos de concessão
- (k) Fornecedores
- (l) Instrumentos financeiros
- (m) Empréstimos e financiamentos
- (n) Benefícios a empregados
- (o) Imposto de renda e contribuição social
- (p) Distribuição de dividendos
- (q) Demonstração do valor adicionado

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou tempo de duração) do trabalho executado, após aprovação do Poder Concedente, e de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

b. Despesas comerciais

As despesas comerciais são compostas, basicamente, de propaganda e publicidade.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

- (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

Fontes internas de informação:

- (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira pela qual, um ativo é ou será utilizado;
- (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa ("UGC") possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos a vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados.

f. Contas a receber e outros recebíveis

Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Referem-se aos serviços prestados, até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

h. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os gastos subsequentes são capitalizados no valor contábil do ativo ao qual se referem ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº14.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

i. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

j. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

A Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 1 emitida pelo CPC apresenta as seguintes características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

(ii) Direitos sobre a infraestrutura

A infraestrutura usada pela Companhia, sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto na ICPC 1, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

(iii) Direito a remuneração

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado").

Conforme definido pelo ICPC 1, a infra-estrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário.

(iv) *Receita de contratos de concessão*

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração.

(v) *Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado.

k. *Fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. *Instrumentos financeiros*

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado pois a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda, como aqueles gerados por investimentos na infraestrutura dos contratos de concessão.

(ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(i) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

m. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

n. Benefícios a empregados

(i) Previdência privada

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

p. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral, conforme nota explicativa nº21c.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações Financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício.

A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas.

A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado após 31 de dezembro de 2014, as quais não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Nenhuma delas deve causar impactos relevantes na posição financeira da Companhia e a Administração da Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

8 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	62.967	28.614	18.827	4.992	115.400
Fornecedores e outras contas a pagar	47.288	-	-	-	47.288
Salários, benefícios e encargos	15.376	-	-	-	15.376
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15.375	-	-	-	15.375
Passivo fiscal diferido	-	5.129	-	-	5.129
Obrigações contratuais	2.566	-	-	-	2.566
	<u>143.572</u>	<u>33.743</u>	<u>18.827</u>	<u>4.992</u>	<u>201.134</u>

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	37.278	23.528	15.303	4.350	80.459
Fornecedores e outras contas a pagar	39.448	-	-	-	39.448
Salários, benefícios e encargos	13.237	-	-	-	13.237
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14.488	-	-	-	14.488
Imposto de renda e contribuição social	1.027	-	-	-	1.027
Passivo fiscal diferido	-	5.689	-	-	5.689
Obrigações contratuais	2.215	-	-	-	2.215
Dividendos a pagar	3.747	-	-	-	3.747
	<u>111.440</u>	<u>29.217</u>	<u>15.303</u>	<u>4.350</u>	<u>160.310</u>

b. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total do Passivo circulante e não circulante	204.989	164.818
(-) Caixas e equivalentes de caixa	<u>(23.063)</u>	<u>(21.402)</u>
Dívida líquida	181.926	143.416
Patrimônio líquido	<u>24.505</u>	<u>24.787</u>
Índice de alavancagem	7,42	5,79

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	12	20
Bancos	97	13
Aplicações Financeiras	<u>22.954</u>	<u>21.369</u>
	<u>23.063</u>	<u>21.402</u>

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileiro.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 99% do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	2014	2013
	<u>Explicativa</u>		
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		17.832	19.553
Medição dos serviços prestados		39.192	36.510
Ativo financeiro (recebível da concessão)		42.196	22.886
Cientes Privados:			
Valores faturados – venda de sucata		2	24
Partes Relacionadas	20	275	162
Outras contas a receber		<u>2.748</u>	<u>1.018</u>
Total		<u><u>102.245</u></u>	<u><u>80.153</u></u>
Circulante		51.600	50.968
Não Circulante		<u>50.645</u>	<u>29.185</u>
		<u>102.245</u>	<u>80.153</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia esta limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O aging list das contas a receber é composta como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valores a vencer	45.049	14.107
Vencidos:		
Até 30 dias	39.601	49.873
Entre 31 e 60 dias	-	8
Entre 61 e 90 dias	-	2
Entre 91 e 180 dias	62	89
Entre 181 e 360 dias	86	6.934
Acima de 360 dias (a)	<u>17.447</u>	<u>9.140</u>
	<u>102.245</u>	<u>80.153</u>

- (a) O saldo entre 181 e 360 e acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e períodos posteriores.

O ativo financeiro no montante de R\$42.196 (R\$22.886 em 2013) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº8.

12 Imposto a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ	7.080	413
CSLL	2.112	8
Cofins	4.817	2.418
Pis	1.061	525
Outros	<u>87</u>	<u>87</u>
	<u>15.157</u>	<u>3.451</u>

13 Ativos e passivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(2.518)	(10.061)
Provisões	8.903	9.497
Provisão para participação nos resultados	2.045	1.662
Efeito RTT	<u>(2.970)</u>	<u>3.079</u>
Base total final	5.460	4.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%	<u>1.856</u>	<u>1.420</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias	<u>(19)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	1.837	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.966	7.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.129)	(5.689)

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social	8.395	44.113
Efeito RTT	<u>(1.007)</u>	<u>(1.332)</u>
	7.388	42.781
Alíquotas - %	34%	34%
	(2.512)	(14.546)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e Multas Indedutíveis	(11)	(15)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(172)	(246)
Participação dos resultados no exercício	(128)	-
Lei do Bem	248	-
Ajustes RTT	(342)	(452)
Outras diferenças permanentes	479	248
Imposto de Renda e contribuição social reconhecidos, líquido:	<u>(2.438)</u>	<u>(15.011)</u>
Taxa efetiva - %	29,04	34,03
Corrente	(2.855)	(15.137)
Diferido	417	126

14 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual %	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Máquinas e equipamentos	10%	6.703	(2.158)	4.545	5.011
Veículos	20%	86.025	(51.348)	34.677	22.744
Móveis, utensílios e outros	10%	1.112	(597)	515	460
Equipamentos de informática	20%	2.208	(1.160)	1.048	1.004
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	-	-	-	6.123
Imobilizado em andamento	-	2.175	-	2.175	1.224
		<u>122.489</u>	<u>(55.264)</u>	<u>67.226</u>	<u>60.832</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>2014</u>
Custo:					
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266
Máquinas e equipamentos	6.416	313	(26)	-	6.703
Veículos	67.111	21.997	(3.083)	-	86.025
Móveis, utensílios e outros	961	157	(6)	-	1.112
Equipamentos de informática	1.858	353	(3)	-	2.208
terceiros	6.123	-	-	(6.123)	-
Imobilizado em andamento	1.224	1.848	-	(897)	2.175
	<u>107.959</u>	<u>24.668</u>	<u>(3.118)</u>	<u>(7.020)</u>	<u>122.489</u>
Máquinas e equipamentos	(1.404)	(772)	18	-	(2.158)
Veículos	(44.367)	(10.041)	3.060	-	(51.348)
Móveis, utensílios e outros	(501)	(100)	4	-	(597)
Equipamentos de informática	(855)	(308)	3	-	(1.160)
	<u>(47.127)</u>	<u>(11.221)</u>	<u>3.085</u>	<u>-</u>	<u>(55.263)</u>
Imobilizado, líquido	<u>60.832</u>	<u>13.447</u>	<u>(33)</u>	<u>(7.020)</u>	<u>67.226</u>

A transferência de R\$7.020 é referente ao “Transbordo” de anos anteriores alocados no imobilizado em andamento e benfeitorias em bens de terceiros transferidos para o ativo financeiro.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
	<u>Explicativa</u>		
Fornecedores		27.659	24.771
Partes relacionadas	20	19.629	14.677
		<u>47.288</u>	<u>39.448</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº8.

16 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Juros	Vencimento	2014	2013
FINAME	TJLP+ 5,70%a.a. a 7%a.a e pré-fixada de 4% a.a. a 10,70% a.a.	De dez/2015 a nov/2018	26.490	16.962
Capital de Giro	CDI + 2,30% a 2,90% a.a.	De mar/2015 a jul/2018	62.307	46.013
Conta Garantida	CDI + 3,05% a.a.	Fev/2015	2.878	37
BNDES	Pré-fixada de 3,50% a.a. a 7,40% a.a.	De ago/2010 a dez/2021	23.725	17.447
			<u>115.400</u>	<u>80.459</u>
Circulante			62.967	37.278
Não circulante			<u>52.433</u>	<u>43.181</u>
			<u>115.400</u>	<u>80.459</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2014	2013
2015	-	13.635
2016	15.444	9.892
2017	13.170	7.725
2018	9.660	5.403
2019	6.054	6.526
2020	3.114	-
2021	3.114	-
2022	939	-
2023	938	-
	<u>52.433</u>	<u>43.181</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$26.499 (R\$16.961 em 2013).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES, estão garantidos por Fiança Bancária, quando necessário, no valor contábil de R\$23.727 (R\$17.466 em 2013).

Investimentos com o uso de financiamentos

Durante o exercício de 2014, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$26.618 (R\$1.789 em 2013). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME foi aplicado na aquisição de equipamentos e veículos e modalidade de financiamento BNDES, foi aplicada na aquisição infraestrutura do transbordo e terreno. A Companhia possui a sistemática de renovação de frota de veículos a cada 5 anos, prazo igual a modalidade FINAME.

17 Salários, benefícios e encargos

São compostos como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários	3.415	2.905
Encargos trabalhistas	1.609	1.362
Férias	8.307	7.309
Participação nos resultados	2.045	1.661
	<u>15.376</u>	<u>13.237</u>

Benefício de previdência privada

Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$207 (R\$81 em 2013), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

Participação nos resultados

A Companhia constituiu provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor de R\$2.045 (R\$1.662 em 2013).

18 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ISS sobre serviço	2.491	2.358
PIS sobre serviço	2.151	2.031
COFINS sobre serviço	9.907	9.355
Pis/COFINS/CSLL retidos	98	12
IR Fonte	348	265
Outros	380	467
	<u>15.375</u>	<u>14.488</u>

Os valores de ISS, PIS e COFINS de 2014 referem-se principalmente ao recebimento do Termo de Compromisso Ambiental ocorrido no mês de dezembro, conforme a Nota Explicativa nº 1.

19 Provisões

São compostos como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contingências	3.855	3.044
Programa de conscientização	-	1.464
	<u>3.855</u>	<u>4.508</u>

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão perfaz o montante de R\$3.855 (R\$3.044 em 2013), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2014, passíveis de provisão, é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2012	1.536	810	2.346
Adições	-	4.167	3.121
Reversões	(213)	(1.763)	(1.763)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionado	-	(1.493)	(660)
Saldo em 31/12/2013	1.323	1.721	3.044
Adições	366	1.742	2.108
Reversões	(132)	(1.318)	(1.450)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionado	(220)	373	153
Saldo em 31/12/2014	1.337	2.518	3.855

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de ganho como possível o montante de R\$26.069 (R\$29.515 em 2013). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável, pois a Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, a única cliente da Companhia.

b. Provisão de conscientização da população

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2014. Tal provisão refere-se à obrigação contratual de destinar 0,5% do faturamento para ações de conscientização da população.

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.464
Constituição de provisões	2.243
(-) Reversão de provisões	<u>(3.707)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>-</u></u>

Em 2014 houve um custo com conscientização da população superior ao valor provisionado. A Companhia reverteu o montante no mesmo valor provisionado afim de suprir os custos que não houvesse saldo à reverter para o próximo exercício.

20 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$2.389 (R\$ 2.751 em 2013).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao Grupo Solvi e o Grupo P.N.A.S.P.E. em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são demonstrados como segue:

	<u>Saldo de</u>		<u>Saldo de</u>		<u>Receitas</u>	
	<u>Contas a Receber</u>		<u>Contas a pagar</u>		<u>(Despesas)</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações	-	-	304	185	(273)	(1.306)
Instituto Solvi	274	24	91	-	-	-
Manaus Ambiental	-	-	-	3	-	-
Essencis Soluções Ambientais	-	-	15.836	12.458	(96.140)	(60.714)
Prameq	-	-	25	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental	-	-	234	9	-	-
Revita Engenharia	-	1	-	58	-	-
SBC Valorização de Resíduos	-	48	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	1	89	-	-	-	-
UTR	-	-	2.482	1.964	-	-
	<u>275</u>	<u>162</u>	<u>18.972</u>	<u>14.677</u>	<u>(96.413)</u>	<u>(62.020)</u>

Reembolsos Administrativos e outros:

Solvi Participações	-	-	-	-	(3.262)	(818)
	-	-	-	-	(3.262)	(818)
Juros sobre capital próprio						
VVR	-	-	657	-	-	-
	-	-	657	-	-	-
Total	<u>275</u>	<u>162</u>	<u>19.629</u>	<u>14.677</u>	<u>(99.675)</u>	<u>(62.838)</u>

Nenhum dos saldos possui garantias.

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solvi Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado por 60.650.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontram-se integralizadas 19.923.133 ações, no valor total de R\$19.923.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 20% do capital social, ressalvadas as hipóteses previstas em lei., efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos:

22 Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	430.995	398.105
Clientes privados	51	18
Total receita bruta de serviços	<u>431.046</u>	<u>398.123</u>
Receita de construção	12.557	442
Total receita bruta	<u>443.603</u>	<u>398.565</u>
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(21.550)	(20.060)
PIS	(7.112)	(6.620)
COFINS	(32.760)	(30.493)
ICMS	(37)	2
	<u>(61.459)</u>	<u>(57.171)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>382.144</u></u>	<u><u>341.394</u></u>

23 Custos dos serviços prestados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e Encargos	(95.866)	(84.824)
Mão-de-Obra	(43)	(133)
Aluguel	(6.524)	(6.461)
Depreciações	(10.964)	(13.001)
Materiais aplicados nos serviços	(26.478)	(23.527)
Serviços de terceiros	(174.402)	(134.236)
Outros custos de produção	(30.547)	(30.660)
Custo de bens reversíveis	(16.010)	(335)
Créditos Fiscais	20.795	17.090
Total	<u><u>(340.039)</u></u>	<u><u>(276.087)</u></u>

24 Despesas comerciais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrocínio, brindes e doações	(248)	(273)
Propaganda e publicidade(a)	(3.155)	-
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(4)	-
Outros	(86)	(240)
	<u><u>(3.493)</u></u>	<u><u>(513)</u></u>

- (a) Incentivo ao Programa “Eu Jogo Limpo com São Paulo” para fins de educação e conscientização ambiental, cujo escopo é o descarte correto de resíduos e diminuição de produção de resíduos sólidos com preservação e manutenção da limpeza urbana.

25 Despesas gerais e Administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração direta mão de obra	(4.846)	(4.605)
INSS	(898)	(770)
FGTS	(221)	(186)
Benefícios	(785)	(501)
Depreciação	(488)	(236)
Serviços de Terceiros (a)	(12.160)	(4.678)
Viagens e Estadias	(155)	(126)
Tributos, Seguros e Contribuições	(775)	(342)
Outros	(482)	(365)
	<u>(20.810)</u>	<u>(11.809)</u>

- (a) Refere-se a despesas compartilhadas com a empresa Solvi Participações S.A. no valor R\$3.262 (R\$819 em 2013) conforme nota explicativa nº19 e consultoria administrativa-financeira.

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas eventuais	89	-
Despesas e provisão contingenciais	(2.108)	(3.336)
Resultado venda de imobilizado	617	279
Patrocínio	(303)	(486)
Resultado de investimentos	(240)	-
Outras despesas e receitas	(25)	(16)
	<u>(1.970)</u>	<u>(3.559)</u>

27 Receitas (despesas) financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.057	1.769
Juros recebidos e descontos obtidos	<u>1.120</u>	<u>324</u>
	2.177	2.093
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(599)	(573)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(9)	-
Despesas multas e moras financeiras	(20)	-
Tributos sobre movimentações financeiras	(722)	(1.044)
Juros sobre financiamento	<u>(8.263)</u>	<u>(5.790)</u>
	<u>(9.613)</u>	<u>(7.407)</u>
	<u>(7.436)</u>	<u>(5.314)</u>

28 Cobertura de seguros

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Danos Materiais: R\$37.089; e
- Responsabilidade Civil: R\$2.500.

29 Contrato de concessão

a. Direitos sobre a infraestrutura

Conforme disposto pela ICPC 01, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia para o cumprimento do contrato de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle (exceto de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo financeiro.

b. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo, anteriormente classificado como ativo financeiro:

	2014	2013
Transbordo	20.183	13.830
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.482	1.349
Conteineres	6.772	5.598
Centros de Triagem	11.426	299
RSSS Un. Treinamento	6	76
Tr. Anhanguera	1.932	1.410
Col. Mecanizada	71	-
Total	42.196	22.886